LINCHAMENTO: BREVE APRECIÇÃO CRÍTICA DO ATO COLETIVO DE PUNIR

*BERTO, Vanessa de Faria*¹

*FELIX, Sueli Andruccioli*²

Resumo: Por que as pessoas lincham? O texto a seguir não tem a pretensão de responder a uma questão que exigiria a análise completa de todas as complexas ramificações da história da humanidade. Contudo, sua intenção é reavivar as discussões sobre o tema, ressaltando as dificuldades que se apresentam aos estudiosos que se debruçam sobre o mesmo, justamente em um momento em que o nosso país percebe, senão estatisticamente ao menos no aumento de atenção dada pela mídia, certa frequência deste tipo de justicamento coletivo. Nesse sentido, o artigo faz algumas relações com pesquisas realizadas nos Estados Unidos e no Brasil, de modo a apreciar breve, mas criticamente, o ato coletivo de punir.

Palavras-Chave: Linchamentos. Violência. Justiça. Coletividade.

Abstract: Why do people lynch? The text the following does not pretend to answer a question that would require a complete analysis of all the complex ramifications of human history. However, the intention is to rekindle discussions on the topic, highlighting the difficulties faced by the researchers that focus on the same, precisely at a time when our country realizes, if not statistically the less increase of attention given by the media, certain frequency of this type of collective justice. In this sense, the article makes some connections with searches made in the United States and Brazil, so as to appreciate brief, but critically, the act of collective punishment.

Keywords: Lynchings. Violence. Justice. The Collective.

Em maio de 2014, na cidade de Guarujá, litoral paulista, uma mulher, apontada (falsamente, enfatize-se) como uma raptora de crianças para sacrifícios em rituais de “magia negra” a partir de um suspeito retrato falado divulgado nos meios sociais, foi perseguida por centenas de pessoas – muitas, vizinhas e conhecidas suas-, que a espancaram e a arrastaram, ainda agonizante, pelas ruas. Seu nome era Fabiane

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Campus de Marília. E-mail: vanessadfberto@gmail.com.

² Docente do Curso de Pós Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Campus de Marília. E-mail: safelix@mailia.unesp.br

Maria de Jesus, 33 anos, dona-de-casa e mãe de duas crianças.

Antes, em fevereiro deste mesmo ano, um adolescente negro, “acusado” de cometer furtos na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, foi abordado por homens – que, segundo relatos da vítima, se autodenominaram “Os justiceiros”- foi surrado, teve uma orelha cortada à faca, despido e amarrado pelo pescoço a um poste na Avenida Rui Barbosa, uma das principais do bairro carioca do Flamengo.

Estes são apenas dois dos quase quarenta casos de linchamento que ocorreram no país este ano, segundo levantamento do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. Ainda de acordo com o NEV/ USP, cuja metodologia de pesquisa adotada baseia-se em coletar dados divulgados na imprensa, metade dos casos resultou em mortes. Contudo, embora tenham ganhado notoriedade nos últimos tempos, os linchamentos não podem ser considerados uma novidade na sociedade brasileira.

De Madalena a Fabiane, ambas de Jesus

Diversas interpretações dos textos bíblicos dão conta de uma espécie de linchamento (se não físico, moral) de Maria Madalena³, exposta à ira de populares pela sua suposta condição de adúltera ou prostituta, consagrando a célebre frase atribuída a Jesus: “Aquele que nunca pecou atire-lhe a primeira pedra. Ao ouvirem estas palavras foram saindo dali um a um...” (Evangelho de João, Capítulo 8, versículos de 1 a 11).

No Brasil, há registros documentais dessas formas de justicamento desde a primeira metade do século XVIII. Os jornais brasileiros do final do século XIX, às vésperas da abolição da escravidão, noticiavam casos de linchamentos tanto nos Estados Unidos como Brasil (MARTINS, 1995).

Chama a atenção, contudo, que essa forma de protesto popular tenha despertado tão pouca atenção dos cientistas sociais brasileiros, um interesse

³ O Novo Testamento nos relata que Cristo expulsou dela sete demônios (Marcos 16.9; Lucas 8.2) e depois ela se tornou uma das mulheres que acompanharam e seguiram a Jesus (Lucas 8.2-3). Junto com outras mulheres, permaneceu aos pés da cruz (Marcos 15.40; Mateus 27.56; Lucas 23.49; João 19.25) e assistiu ao sepultamento do Mestre (Mateus 27.59-69; Marcos 15.46-47; Lucas 23.55,56). Deixando passar o sábado, que era dia de descanso, Maria vai, na madrugada de domingo, aplicar especiarias no corpo de Jesus, conforme o costume, e se torna a primeira testemunha da ressurreição de Cristo (Mateus 28.1-8; Marcos 15.1-19; Lucas 24.1-10; João 20.1-18). In: <http://www.projetovidanova.com.br/opiniao/joalsemarEra.php>, acesso em 08/10/2014, 19h53.

infinitamente menor que o despertado por temas relacionados aos movimentos sociais. Talvez, o pouco interesse possa ser especulado por algumas razões objetivas, como a diversidade na frequência de ambos e a dificuldade de informações no caso do linchamento; e por razões mais subjetivas como o modismo do estudo dos movimentos sociais eclodidos no momento da redemocratização do país, na suposição do primado da organização como meio mais “legítimo” de manifestação da vontade sócio-política popular.

Há de se citar, ainda, no caso dos linchamentos, a dificuldade em versar sociologicamente sobre processos sociais que confrontam o princípio moderno da razão. Tem-se, também, muito por consequência deste, a (controversa) hipótese de que os movimentos sociais compõem os modos de ação coletiva mais desenvolvidos e bem acabados no que se refere ao comportamento coletivo.

Há, também, outro problema, certamente derivado do fenômeno em si: o linchamento procede da decisão quase sempre inesperada, irrefletida, de motivação repentina e, de modo geral, imprevisível. Como se tratam legalmente de formas de delito, seus participantes invariavelmente se escondem no “anonimato da multidão”. Assim como a polícia dificilmente encontra uma testemunha do ocorrido, também o pesquisador tem poucas possibilidades de localizar informantes que lhe permitam reconstituir o acontecimento com o cuidado científico que desejaria (e pelo qual deve primar).

Por outro lado, é relevante ressaltar que a literatura sociológica disponível sobre o tema é basicamente norte-americana. As indicações existentes sugerem diferenças entre os linchamentos nos Estados Unidos e os ocorridos no Brasil. Lá, a motivação racista da violência e o problema do Sul dominaram o interesse dos estudiosos (MARTINS, 1995), algo bem próximo dos já citados casos de linchamentos ocorridos no século XIX. A relação entre linchadores e vítimas aparece visivelmente demarcada por uma linha de casta. Aqui, ao contrário, não se tem informação suficiente sobre distinções raciais na prática dos linchamentos. É verdade que há indícios de que o negro seja uma vítima potencial de linchadores⁴. Contudo, há sinais, ainda, de negros participando de linchamentos de negros

⁴ Para mais informações sobre esta questão, ver as pesquisas realizadas pelo NEV/ USP, em http://www.nevus.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=749&Itemid=21.

(MARTINS, 1995).

Sendo assim, fica incompleta a compreensão do preconceito étnico e racial enquanto motivo essencial desse tipo de justicamento. Sim, obviamente que o ocultamento do preconceito e da discriminação raciais atua acentuadamente no nosso caso, o que coloca um obstáculo a mais nas análises dessa forma de violência coletiva. Os estudos norte-americanos sugerem, contudo, aspectos do problema cuja observação pode ser pertinente no caso brasileiro (MARTINS, 1996). As investigações realizadas sobre o tema em relação ao Sul dos Estados Unidos mencionam que as suas linchagens, em sua etapa mais acentuada, especificamente entre os anos 1870 e 1930, apresentaram um objetivo social além daquele que provocava a violência imediata (frequentemente, a violação, ou mesmo o relacionamento, de uma mulher branca por um homem negro): o ajuste da população negra nas fronteiras de sua etnia, uma vez que os brancos sentiam-se ameaçados pelos negros em duas frentes: no mercado de trabalho e no poder (IBIDEM, 1995).

As teorias dos sociólogos norte-americanos versam acerca de fontes de alteração, determinadas ora pela decadência dos agricultores brancos, depauperados pela perda de suas terras e arremessados a uma redefinição de suas relações sociais já não mais como proprietários, mas como arrendatários e/ ou parceiros; ora pelo alargamento de direitos políticos virtuais aos negros, consequência do fim da escravidão e a derrota do Sul na Guerra (RIOS, 1988).

Essas pesquisas indicam, sociologicamente, que a motivação etnoracial para o linchamento é apenas a “racionalização sugerida” (MARTINS, 1995, p. 296) naquela conjuntura. A crise social que leva à prática do justicamento tem raízes mais profundas. De um lado, revela a decadência de uma hierarquia social pré-existente e o conseqüente arrefecimento das condições de vida de uma parcela da população (no caso, os segmentos brancos, proprietários e participantes do poder) àquela situação, até então compreendida como específica (e “natural”) de classes sociais inferiores, despojadas de direitos sócio-políticos. Por outro lado, esta convulsão social que não raras vezes desemboca no justicamento coletivo, traduz-se pela invasão de domínios e direitos por categorias sociais deles até então excluídas, como, apenas para citar um exemplo, aconteceu com o direito ao voto outorgado aos

novos cidadãos ocasionados pela abolição da escravidão nos Estados Unidos.

Em ambos os casos, estamos diante de um processo de mudança social, de transformações traduzidas pela inquietação na pirâmide hierárquica dos grupos sociais, que se tornam socialmente visíveis pelo declínio e não pela promoção social. Em outras palavras, estamos diante de circunstâncias em que a inclusão à cidadania de segmentos até então dela excluídos, como o dos agora ex-escravos, é glosada pelos (ainda) grupos dominantes como indicativo de degradação social de todos e não como possibilidade de desenvolvimento da sociedade em geral.

A derrota do Sul na Guerra da Secessão Americana inseriu um componente que não pode e nem deve ser subestimado nesse processo. A austera sociedade da plantation foi, na verdade, conseguida por mudanças que lhe atingiam de fora para dentro. O fim da escravatura e a extensão dos direitos civis aos negros forros foram determinações do Norte vitorioso, industrial e desenvolvido, o qual além do mais buscava evitar que os interesses territoriais dos grandes latifundiários sulistas se estendessem às terras do Oeste americano – região garantida ao emprego da economia familiar dos agricultores ideologicamente “liberais” (PEREIRA, 2012). Concretamente, as alterações econômicas e sociais geridas pelo Norte enclausuraram o Sul, conferindo ideias e instituições liberais a uma sociedade sem alternativas econômicas. A ocorrência de linchamentos no Sul pós-guerra pode nos sugerir, dessa forma, uma tentativa dos brancos, atingidos pela decadência, de conservar suas linhas de casta e seus privilégios mesmo quando já não encontravam mais sentido e/ou viabilidade econômica; uma tentativa, física e simbolicamente violenta, de (re)colocar, particularmente aos negros, a inferioridade e a submissão por meio do terror advindo da brutalidade privada.

No Brasil dos anos 1990, a dinâmica dos linchamentos estudada pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP, por meio de matérias jornalísticas, revelou um comportamento diferenciado por características específicas do ambiente em que ocorrem. Enquanto nas regiões mais centrais das metrópoles, o roubo foi o motivo mais frequente e praticado por pessoas que não conheciam a vítima e nem tinham certeza de sua culpa; nas regiões periféricas das metrópoles e em cidades do interior, o estupro foi o principal motivo, sendo executado por pessoas da comunidade local (homens, mulheres e até crianças) que, normalmente, conheciam a pessoa linchada

e, supostamente, sabiam o motivo pelo qual o estavam linchando. Ainda, conforme esse estudo do NEV, na Bahia a maior parte dos linchamentos era feita por taxistas⁵.

O mob lynching e o vigilantism⁶

A sociedade estadunidense conheceu duas modalidades sociais de prática dos linchamentos: o *mob lynching* e o *vigilantism* (MARTINS, 1995). Nesse sentido há, também, diferenças com relação à sociedade brasileira. Os linchamentos que aqui ocorrem são predominantemente do tipo *mob lynching*: grupos que se aparelham súbita e espontaneamente para justificar rapidamente uma pessoa que pode ou não ser culpada do crime que lhe imputam. É uma forma de justicamento cuja lógica se encontra subjacente ao acontecimento em si e dificilmente pode ser explicado de modo racional por seus participantes. Mais raro aqui, embora aconteçam (e com maior frequência nos dias atuais), são os linchamentos praticados por grupos de “vigilantes”. Esses grupos notabilizaram-se no Oeste americano e foram consagrados pelos filmes do gênero western.

Também no Sul dos Estados Unidos houve vigilantismo, praticado numa certa fase da história da Ku Klux Klan (PEREIRA, 2012). O vigilantismo característico, contudo, estava coligado à dilatação das fronteiras e à ocupação do Oeste americano. Os justicamentos, nesses casos, derivavam da ação de grupos organizados que infligiam valores morais e normas de conduta através do julgamento rápido e sem apelação dos membros da própria comunidade. Essa forma de punição vem da tradição puritana e os estudiosos aludem a muitos casos desse tipo desde, pelo menos, o início do século XVIII (MARTINS, 1996).

Segundo Martins (1995), as linchagens praticadas pelos vigilantes carregavam motivação e caráter substancialmente diferentes das perpetrados contra os negros no Sul dos Estados Unidos. Se ali a finalidade era a de conservar a população negra nos “limites de suas castas” (IBIDEM, p. 297), dissuadindo-a de invocar os direitos asseverados pelas (novas) leis, no Oeste o objetivo era o contrário: desencadear uma pedagogia da violência com o intuito de estabelecer a reverência à moralidade puritana tradicional, à ordem e à lei. É verdade que, em ambos os casos, a desculpa

⁵ USP estuda linchamentos. Folha de São Paulo, edição nº 23.892, 01 set. 1994, Cotidiano, p.1.

⁶ As “turbas linchadoras” e o “vigilantismo”, em tradução livre.

para o justicamento decorria de algum delito – pelo qual, no Sul, um branco não seria necessariamente linchado e, no Oeste, um respeitador da lei e da moral também não o seria, salvo algum engano.

Seja como for, nas duas situações, a filosofia (se é que podemos assim a chamar) dos linchadores era conservadora e norteadada para a preservação do *status quo*, que se considerava ameaçado. No Oeste, de forma mais clara, a ação dos vigilantes pretendia conservar uma ordem anterior e evitar que a nova sociedade, em gestação no espaço novo da fronteira, resistisse aos velhos valores e às inspirações tradicionais. A ação dos vigilantes determinava, assim, certa compreensão do estranho e do estranhamento (da identidade e da alteridade, conceitos tão caros à Antropologia e às Ciências Humanas, de forma geral), do forasteiro e do estrangeiro, instituindo um poderoso e violento mecanismo de controle social e uma pedagogia da ordem que ressocializava os “adventícios” (MARTINS, 1995, p. 302) e os enquadrava nos preceitos da tradição puritana.

E nos dois casos temos outra diferença com relação aos linchamentos que ocorrem na sociedade brasileira: na América do Norte, os justicamentos eram predominantemente rurais, mesmo no Oeste recém-ocupado onde o urbano mal se constituía. No Brasil, são principalmente urbanos, embora haja registros de linchamentos rurais, bem como outros envolvendo membros de populações indígenas (nos quais, portanto, a motivação racial está claramente presente). Além disso, a tradição puritana estadunidense proporcionou um articulado quadro de referência para a prática da linchagem aos que se distanciavam dos valores e das normas dominantes. Com tal painel, os linchamentos americanos, tanto no sul como no Oeste (e ainda os mais antigos, no Leste), recebiam prontamente uma significação, podendo ser racionalmente esclarecidos até pelo cidadão mais ordinário, uma vez que tanto se explicavam pelo racismo quanto pela moralidade tradicional. No caso brasileiro, não há, ainda, tal quadro de referência que admita estabelecer e explicar, de forma mais ou menos imediata, os linchamentos da atualidade.

É nesse sentido que os aspectos dos linchamentos considerados secundários pelos pesquisadores americanos podem ser mais centrais e mais explicativos no caso brasileiro (SINHORETTO, 2009). Se nos Estados Unidos há confessadamente um

aspecto pedagógico na prática do linchamento, no caso brasileiro a tentativa de impor valores e normas de conduta não é algo evidente quando do acontecimento destas mesmas práticas. As linchagens que aqui ocorrem, pela forma que assumem e pelo caráter ritual que parecem ter, são claramente punitivas. É claro que o eram também nos Estados Unidos. Mas, ali, os diferentes estudos nos mostram que os linchadores pretendiam, com sua violência, alcançar prioritariamente mais do que a própria vítima. No Brasil, as indicações sugerem que os linchadores querem atingir fundamentalmente a própria vítima, não havendo nítidas preocupações com as vítimas potenciais (ou secundárias). Provisoriamente, pode-se pensar que aqui ainda predominam fortemente os componentes irracionais do comportamento coletivo.

O homem é o lobo do homem?

Assim, nos casos brasileiros, a finalidade não seria a de prevenir o crime por meio do terror, mas antes e primordialmente, a de castigá-lo com redobrada crueldade em relação ao delito que o determina. Ou seja, aqui o caráter do linchamento é declaradamente o da vingança.

A análise das linchagens brasileiras pode sugerir que existe um radicado sistema de valores subjacente ao comportamento coletivo violento. E, simultaneamente, um “ajuste complicado” entre tal sistema e os princípios racionais da lei e da justiça. Há uma dupla moral envolvida nessas ocorrências – a popular e a legal (SINHORETTO, 2009). De fato, esta última está sendo avaliada por aquela. É como se a legitimidade da justiça oficial estivesse em questão. Através de suas ações, os linchadores nos lembram que há violações insuportáveis de normas e valores, mesmo para um criminoso já sentenciado e aprisionado; aliás, o período recente brasileiro assistiu a vários casos de presidiários que lincharam companheiros de cela quando sobre eles pesavam certas acusações (como a de estupro de crianças, por exemplo).

Enfim, a questão fundamental que se coloca em relação a toda esta discussão é: por que as pessoas lincham? A partir do conhecimento que se tem de diferentes modalidades de linchamento em diferentes lugares do país, a hipótese mais provável é a de que a intenção dos justicamentos coletivos seja a punição – sobretudo, para indicar seu desacordo com alternativas de mudança social que transgridem concepções, valores e normas de conduta tradicionais, relativas a uma determinada

compreensão do humano (MARTINS, 1995). Uma hipótese decorrente é a de que o linchamento seria uma forma embrionária de participação popular na construção (ou reconstrução) da sociedade, de proclamação e afirmação de valores sociais, incipiente e contraditória porque afirma a soberania do povo, mas nega a racionalidade impessoal da justiça e do direito.

O linchamento, assim, não seria uma mostra de desordem, mas de questionamento dessa mesma desordem. Ao mesmo tempo, questionamento do poder e das instituições que, justamente em nome da impessoalidade da lei, deveriam garantir a conservação dos valores e dos códigos. Se nos Estados Unidos as elites locais, especialmente no Oeste, tomaram nas mãos a obediência à lei, através dos vigilantes, no nosso caso, as “elites” não têm demonstrado identificação com a justiça de rua. Ao contrário, quando participam de linchamentos, como já ocorreu nas grandes cidades, bem como no interior, fazem-no procurando ocultar sua participação, limitando-se ao caráter punitivo do seu ato. Essa ambiguidade parece indicar que a tradição política do poder pessoal, no Brasil, está em crise. Ela tem sido forte ao longo do tempo, dispensando, portanto, a prática da participação coletiva na justiça de rua, pois, para isso, as elites dispunham (e dispõem) de jagunços e pistoleiros (SINHORETTO, 2009).

Finalmente, no nosso caso, os linchamentos parecem estar associados à precária constituição do urbano. Nesse sentido, aparentemente combinam-se situações e motivações que tanto existiram nos *mob lynching* quanto na ação dos vigilantes, nos Estados Unidos (MARTINS, 1995). Aqui também os linchamentos se adensam nas áreas periféricas de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, onde justamente se concentram os migrantes do campo, recentes ou não, privados da terra e do trabalho regular, vivendo no limite da economia estável e da sociedade organizada, tal como ocorria com os brancos empobrecidos no Sul dos Estados Unidos, principais envolvidos na prática de tal violência (PEREIRA, 2012). Ao mesmo tempo, uma população dividida entre a desmoralização completa e a desesperada necessidade de afirmação dos valores mais tradicionais da família e da vizinhança. É nessa esfera que o prenúncio da desagregação social se torna mais visível e mais provável.

Considerações finais

O linchamento é a expressão dramática da descrença no poder e eficácia das instituições que têm como função a proteção do cidadão. A corrupção e a violência policial, acrescidos da impunidade e reforçados pelo sensacionalismo da imprensa, incentivariam esse tipo de atitude: justiça pelas próprias mãos.

As linchagens não são meramente mais um problema social; na verdade, são expressões brutais de processos de desagregação social, bem como demonstrações de busca por um modelo de sociabilidade diferente daquele que se proclama através das disposições dissociadoras. Seria incompleta e mesmo falsa a explicação que se limitasse a entendê-los como manifestação de conservadorismo ou, ao contrário, a neles ver sugestão de uma conduta cidadã e inovadora; antes, é imperativo neles resgatar a dimensão propriamente violenta do medo e da busca, ingredientes que muitas vezes acompanham os processos de mudança social.

O tema do linchamento é um desses assuntos reveladores da realidade mais densa de uma sociedade, de sua lógica mais camuflada e, mesmo assim, funcional. Nos linchamentos se faz presente a dimensão mais oculta do nosso imaginário, sobretudo nas formas elaboradas e cruéis de execução das vítimas. A centralidade do corpo nesse imaginário explode nas ações de linchamento, quando pacíficos transeuntes, pacatos vizinhos, devotados pais e acomodados conhecidos submergem na chacina de alguém – alguém a quem, às vezes, estão ligados até mesmo por vínculos de sangue.

O modo como entre nós adquire a chamada justiça popular está muito distante do romantismo bucólico que tem caracterizado tão fundo os estudos sobre a cultura popular em nosso país e o discurso contemplativo sobre a cidadania.

Referências bibliográficas

MARTINS, J. S. As condições do estudo sociológico dos linchamentos no Brasil. **Revista Estudos Avançados**. USP. Vol. 09. N. 25. Maio de 1995, pp. 295-310.

_____. Linchamento: o lado sombrio da mente conservadora. **Tempo Social**. USP. Vol. 02. N. 08. Outubro de 1996, pp. 11-26.

NEV – Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. Fonte: http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=1386&Itemid=95 Acesso em 20 de setembro de 2014.

PEREIRA, I. F. **Segregação racial no Sul dos Estados Unidos**. São Paulo: Ofélia Fonseca, 2012.

RIOS, J. A. Linchamentos: do arcaico ao moderno. **Revista Integração Legislativa**. UnB. Vol. 25. N. 100. Outubro de 1988, pp. 207-238.

SINHORETTO, J. Linchamentos: insegurança e revolta popular. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. Ano 03. Edição 04. Fev/ Mar de 2009, 72-92.